

A educação do campo: uma dicotomia do ensino regular rural para a escola do campo

Autores:

Antônio Carlos Coqueiro Pereira

Mestre em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais, doutorando em Ciência da Educação, Universidade San Carlos - PY. Professor da Educação Básica anos Finais na Secretária de Educação Municipal de Barra da Estiva, Bahia

DOI: 10.58203/Licuri.83093

Como citar este capítulo:

PEREIRA, Antônio Carlos Coqueiro. A educação do campo: uma dicotomia do ensino regular rural para a escola do campo. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 165-176. v. 2.

ISBN: 978-65-999183-2-2

Resumo

A educação tem várias modalidades dentro da conjuntura educacional no Brasil, tem a formação do fundamental I, do Fundamental II, do Ensino Médio, do Curso Universitário e que cada ente federal cuida da sua organização que é previsto em lei. Mas tem duas modalidades que requer muita atenção que é a escola do campo e a escola rural. Esse artigo tem por finalidade discutir aspectos e diferenças entre a escola do campo e a escola rural, incluindo a maneira como cada uma é tratada na sua praticabilidade dentro da sua zona de atuação. Também vem colocar em evidência a praticabilidade do ensino e suas diferenciações dentro dos objetivos dentro da escola do campo para com a escolar rural quanto seus objetivos, o recurso, a metodologia empregada em cada uma delas. Trata-se de um estudo bibliográfico, com leitura de vários teóricos e pesquisadores sobre o tema.

Palavras-chave: Ensino médio. Escola Rural. Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola é uma instituição mecanismo utópico no desenvolvimento social, econômico e intelectual dentro da camada social onde está inserido o indivíduo. A prática das leis educacionais que regulamentam que a educação é para todos, independente de credo religioso, etnia, gênero, classe social e espaço geográfico onde reside está escrito nos anais da educação nacional como se fosse uma prática rotineira na formação do educando no cenário nacional, nos complexos regionais, no interior do país, nos estados e municípios e nos lugares que são povoados no interior de cada município.

A orientação estabelecida **nos escritos em anais**, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nessa mesma linha, o presente Parecer, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo (BRASIL, 2001, p. 01).

Na citação acima, constata que existem uma diferença na prática da escola do campo, no que implica a sua aplicabilidade dentro de um contexto real dentro do emprego de metodologias, recursos e formação continuada de pedagogos e de professores orientadores.

Isso era para ser uma realidade, tirar da linha de pobreza, social, intelectual e econômico do indivíduo está escrito na Constituição Federal, nos planos educacionais de cada estado e município, dentro de plano de ação que cada unidade escolar elaboram e aprovam dentro de um colegiado e dentro do Projeto Político Pedagógico de cada ente federado educacional (BRASIL, 2001). Mas infelizmente, a realidade é diferente quando é colocado na prática.

Existem distanciamentos do emprego do que está sendo inscrito e ratificado com aprovação de quem por direito aprova, com a praticidade dessas normas pré-estabelecidas e depois estabelecidas na condução da praticabilidade nos locais onde tem a maior

necessidade e até mesmo onde não tem uma pressa em praticar o que estão vinculados nas Leis.

É uma maneira de dizer que a formação continuada dos professores, a diferenciação do ensino regular com a prática metodológica do ensino do campo não é uma realidade que devia ser para a inclusão do homem do campo no contexto social do país. Mas historicamente a educação no mundo, foi mecanismo para a diferenciação humana social no percurso do desenvolvimento do mundo. Ver claramente dentro da história medieval, vê na história moderna e está ratificado na história contemporânea.

(IMBERNÓN, 2009), muitos estudiosos foram sacrificados por buscar uma igualdade, uma forma em que a escola e o contexto escolar fossem de igual teor para todos, sem distinção, sem uma segregação educacional no contexto da sociedade mundial. Na modernidade e perpassando para a contemporaneidade, a elite, o status sempre falou mais alto, pois sustentar e ratificar poder sempre foi uma premissa quem por direito promovia a educação. Claramente isso está evidenciado com o aprendizado das teorias educacionais antigos e arcaicos para os tempos atuais.

Caldarte (2009) aponta na concepção da educação, que é preciso ter uma tomada de posição imediata para ajudar e orientar uma intervenção política para aproximar em novas perspectivas. Vive-se em uma época de urgência densas e radicais, que são as concepções de vidas concretas, de pessoas concretas e especialmente quando a desigualdade põe a vida por um fio e, principalmente, quando não evidenciam ou fazem discussões sobre o papel da escola do campo, em um momento qualquer, mas no momento em que estão em uma crise estrutural da sociedade capitalista.

E como encaixar essa teoria na educação do ensino regular atualmente com a dicotomia do ensino da educação do campo? Pode afirmar-se que na idade média não tinha a preocupação de escolarizar o homem do campo, nem de criar escola rurais, a não ser aquelas escolas que estavam nos monastério, nos castelos onde abrigavam padres e freiras, nos locais onde eram retiro de religiosos e que esses locais eram o local de ensino para os filhos de reis e rainhas, de quem tinha o título de nobreza ou que eram protegidos pelo senhor mandatário do local.

Assim, neste contexto, já começa a notar que essa prática não foge da realidade no início da idade moderna até os seus meados onde a educação era privilégios de poucos e mesmo assim não eram em todos os lugares. A educação sustentava o poder e não tinha uma forma de agraciar quem mais precisava dela, foi assim por muito tempo e ainda

continua até hoje. Pode notar uma diferença entre a educação urbana (ensino regular) com a educação rural (onde são chamadas de educação do campo). Essa diferenciação consta desde a prática metodológica, currículo diferenciado, e formação dos professores com mais intuito de promover a escolarização e a preparação profissional para poder manipular a terra com técnicas adequada para promover maior condição de produção e ratificação do home no seu habitat natural. Outro fator que incomoda é classificação injusta do que é escola do campo com a escola rural com a escola de ensino regular.

A diferenciação é muito grande quando trata da praticidade, da metodologia, dos objetivos e mais ainda quando trata da organização estrutural física e documental. Existe uma negligenciamento na implementação de modalidade escolares nos municípios brasileiros e muitas vezes dentro do próprio estado. A educação utópica já começa a entrar em contradição dentro desses parâmetros da sua forma de promover a educação do campo. Ainda se percebe que na formação do professor para essa modalidade de ensino não é fornecida com emprego de adequado conforme manda as leis que estão sendo tratada dentro da escola do campo, diferenciando da escola rural e quebrando o vínculo com a escola urbana regular.

Assim percebe a máscara que está dentro da dos objetivos educacionais que começou lá na idade média, perpassou na idade moderna e chegou na idade contemporânea. Precisa conhecer os mecanismos que faz com que a ostentação do poder, do status e a velha doutrina quem tem pode quem não tem vai ser mais uma ferramenta de manipulação de quem está no poder. Dizer que a educação é ferramenta nos dias atuais uma condução necessária ao desenvolvimento é importante, mas precisa saber quem será beneficiado com esse desenvolvimento.

O QUE É EDUCAÇÃO RURAL?

Existe um normativa escrita nos anais dos órgãos que regulamentam a educação no Brasil que a escola do campo é aquela instituição com ensino integral com caráter e objetivos de ensino regular em um período do turno ou outro turno complementar fica a cargo do aprendizado profissional no cultivo da terra ou área em que possibilita a facilidade do cultivo com produção dos seus produtos com maior eficácia com menor tempo e com maior praticidade no lavrar a terra, também o ensinamento do aprendizado por parte dos alunos técnicas de cultivos, trabalho de medição e com equipamento e com

técnicas matemáticas para tal função, escolha de sementes e conhecimento de solo e suas características.

Para SANTOS 2014, a educação para ter uma eficiência na sua conjuntura, deve ser empregada com culturas agrícolas que adeque a cada solo. Assim é o modelo das escolas técnicas de agricultores, fundação de escolas de família agrícolas por determinada região com parcerias entre municípios, estado, união e comunidade circunvizinhas da unidade escolar.

De acordo com Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) apud Santos (2012), a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. Diante da citação, cabe compreender esse arcabouço teórico que já nos aponta para a importância do registro da reflexão sobre o trabalho e do exercício da educação como produtora de conhecimento, avaliação como elementos centrais para o aperfeiçoamento e a inovação, em especial no contexto da Educação do Campo (SANTOS, 2014, p. 06).

No contexto da citação acima, a educação do campo deve proporcionar aquele indivíduo que está inserido em local onde a preparação intelectual de conhecimento amplo escolar deve ser promovida e também a com a associação de uma educação voltada para o que pode ser uma educação em que promova o seu bem está e condicionar a ter o seu próprio sustento sem precisar abandonar o local onde está inserido. É a chamada educação libertária onde vai associar o conhecimento de mundo amplo escolar com a educação de formação profissional laboral que vai fazer com que o homem dentro do seu espaço seja liberto, seja produtivo e que não vai ser cabresto e nem escada para ser manipulado dentro ou fora do seu espaço natural.

Com a concepção de (MENESES, 2023), que diz que a prática dessa educação difere com que se vê atualmente nos municípios brasileiros, existe uma máscara quando se relaciona a educação do campo com a educação rural ou para ser exato entre a escola do camponês e a escola rural. A condição histórica do aparelhamento educacional do campo, aquela escola que tinha caráter de só fazer ler e escrever o nome para votar nos

candidatos dos coronéis ou no próprio coronel foi deixada no papel para uma educação qualificada, onde pode aprender mais simples de lidar com a lavoura quanto aprender as técnicas mais sofisticadas. Vai depender de cada interesse do governante, da necessidade dos habitantes e da condição da terra para o emprego de culturas adequadas de acordo com o clima, com o desenvolvimento do local onde a escola for inserida. A educação do campo tem maior respaldo nos países onde a tecnologia agrícola tem uma dimensão a enorme, pois a cultura de enraizar o homem do campo com conhecimento igual ao homem da zona rural é uma política pública seria e levada com o uma obrigação nacional. Um país que tem como sua maior fonte de produção, produto de exportação com maior quantidade sendo derivadas da agricultura, quebra de recordes e mais recordes de produção e de exportação, onde a maioria da população que fazem imigração interna vem de área rural e que isso acarreta um inchaço de população nos grandes centros do país e proporciona um desequilíbrio social muito alto, faz necessário o fortalecimento do incentivo maior na educação do campo e da escola do campo.

Essa necessidade está voltada no desequilíbrio da fome, da concentração de renda e na quantidade de pessoas que precisam ter uma forma mais justa na manutenção da sua vida no local onde e reside. Isso é a premissa de países civilizados, no contexto do entendimento de que só quem faz essas transformações é uma educação em que emprega a necessidade de fazer com que o indivíduo seja útil no local onde está inserido, com suas culturas sociais, com as modalidades do emprego do trabalho com uma formação qualificada para atender à necessidade própria e daqueles que fazem parte do convívio social da região através de uma educação com o intuito de promover capacidade de modificar e inovar a vida de quem precisa. (MACHADO, 2017), aborda que na conjuntura histórica da educação na Europa, na Ásia e principalmente nas Américas que foram obrigadas a produzir de forma exploratória as riquezas da época. Assim, com toda essa prática a educação do campo não tem hoje na pratica o que pode promover no objetivo central que é o fortalecimento do homem do campo.

A ESCOLA RURAL E AS SUAS PRATICAS COM MÁSCARA DE ESCOLA DO CAMPO

A palavra rural vem do latim e teve como prática nas épocas medieval onde a maior concentração de pessoas era no interior do grande centro dos reinados e de novas cidades formadas quando a distribuição de terras era destinada aos senhores feudais e boa parte

da nobreza de um reinado. Pode-se entender que todos que moravam longe das metrópoles e aglomerado de pessoas eram consideradas pessoas rurais. Dentro do contexto a palavra rural que dizer que são coisas simples, que na maior parte vem do campo e contemplam as coisas rústicas e simples que vinha de lugares onde tinham a produção agrícola. Através desse ponto de vista, pode-se imaginar que a escola rural, deve ser uma escola simples, sem muitas praticas metodológicas de ensino e que os alunos não possam ter uma educação que vem da dicotomia do que é sofisticado e com um aparato tecnológico e com metodologias avançadas para que o educando possa desenvolver conhecimento adequado com metodologias contemporâneas e desenvolvidas com um real emprego do que é bom para a sua transformação. Assim, é o que pode imaginar de uma educação voltada para a real significação da palavra rural. Assim a diferença da escola do Campo para uma escola rural está evidenciada pela significação do nome de acordo com suas práticas e a forma de emprego de metodologia.

Nesse sentido, considerando que as mudanças na educação, passam também por investimentos nos processos formativos de seus profissionais, o presente texto, fruto de revisão teórica em torno do tema, tem por objetivos: identificar as diferenças entre os paradigmas da educação rural e do campo; descrever os elementos característicos comuns presentes nas práticas da Educação do Campo; compreender a importância da formação inicial de professores(as) para materialização das práticas de Educação do Campo; descrever avanços e contradições na relação entre Educação do Campo e formação de pedagogos(as) (MENESES, 2014, p. 03).

Na prática metodológica é que ver uma diferença predominante entre a escola rural para a do campo, o currículo empregado na rural, segue a mesma que é empregada nas escolas urbanas, com a prática metodológica dos profissionais de educação com as mesmas empregadas na urbana e sem respeita o legado do homem rural.

Na verdade não devia ter a nomenclatura de chamar uma escola de interior de município de escola rural, pois dentro das normativas educacionais, as escolas que são denominadas de rural têm por obrigação de ser uma escola do campo como diz a lei educacional do que trata a modalidade e da pratica desse ensino. Pois a escola de qualquer natureza em que tem por finalidade de educar com ensinamento do que passa o professor, devia também ser em um só âmbito que é a escola do campo. A escola do campo está

sendo um meio de fazer dentro das estatísticas educacionais uma forma de esconder a real situação no que trata a legislação quanto ao cadastramento dessa modalidade junto aos órgãos governamentais educacionais. Como são cadastradas as escolas rurais no censo escolar? Será como são distribuídos os recursos financeiros para a escola rural e para a escola do campo? O entendimento da vinculação e fazer um único modelo de escola que possa atender com uma forma mais objetiva e justa para o homem do campo com implementação da escola do campo e destituir a nomenclatura e a natureza da escola rural.

Em meados de 1917 quando aumenta o fluxo de migração da zona rural para a urbana, este passa a ser entendido como problema, pois as aglomerações de pessoas analfabetas nos centros urbanos passaram a serem vistos como empecilhos para o desenvolvimento do país. Assim sendo, a educação rural passa a ser compreendida como meio de conter as migrações (SIMÕES; TORRES, 2011). Portanto, a escola para essas populações passa a ser planejada sobremaneira no espaço urbano e aplicada na área rural. Na década de 1930 inicia-se uma discussão com maior profundidade sobre os povos que residiam no campo. Na Constituição de 1934, no artigo 156, no parágrafo único é ressaltado que “Para a realização do ensino rural, a união reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 1934). Isso fora um passo importante na discussão de oferta da educação para as populações do campo no âmbito da legalidade, no entanto, a efetividade tornou-se um processo moroso e de difícil concretização. Com a Constituição Federal de 1946, a proposta foi de responsabilizar as empresas privadas pelo provimento da educação das pessoas da zona rural que nelas trabalhavam. Isso significou uma desresponsabilização por parte do Estado pela oferta da educação para as populações do campo (MACHADO, 2017, p. 18324).

A escola do campo durante muito tempo foi vista como uma escola só para cumprir uma legalidade constitucional, pois a preocupação de escolarizar o homem do campo não foi com o intuito de fazer com que seja um ser libertário, transformador e ser reflexivo na evolução do habitat onde está inserido. Foi tratada como mecanismo de fazer com que o indivíduo não inchassem os grandes centros e com que pudesse ser de uma forma mais sutil fixado onde mora. A escola continuou ser mais uma vez uma ferramenta de exclusão

e fazer a vontade de políticos e elite dentro de uma sociedade. Também mostra no papel que a política de educação aos longos da história do país sempre tem um motivo para que governos não faça uma empregabilidade dos recursos de formas efetivas e quando não chega a um resultado satisfatório que empurra para a iniciativa privada ou quem encontrar a mercê de governo.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO E DAS ESCOLAS RURAIS

A política educacional nacional para a educação rural tem uma dicotomia para a educação do campo, isso vem desde a sua constituição dos objetivos de ação a ser alcançadas, a estrutura física e sua composição dos organogramas interna e externas, da formação diferenciadas dos profissionais do magistério e de licenciaturas que estão dentro da formação da clientela em conhecimentos sistemáticos e assistemáticos para a formação do indivíduo de escolaridade e de formação para a sociedade.

O texto está dividido em quatro partes: na primeira trataremos da Educação do Campo enquanto paradigma em construção. Na segunda, faremos uma reflexão a partir dos elementos característicos comuns nas práticas em Educação do Campo. Na terceira parte buscaremos evidenciar a importância da formação inicial de professores(as) na Educação do Campo. Na quarta parte, apresentaremos alguns avanços e contradições na relação entre a Educação do Campo e a Pedagogia, enquanto espaço de disputa e de materialização de projetos antagônicos de formação (MENESES, 2014, p. 03).

Para estruturar uma escola do campo para atender realmente a clientela como deve estar na configuração de sua empregabilidade, a escola do campo precisa ter uma forma concreta em quanto aos seus objetivos que é escolarizar, dar suporte profissional técnico para poder laborar a terra com trabalho prático e racional, a preparação para o professor ter uma efetiva prática na condução da didática e do conhecimento metodológico para que o aluno possa ter um aprendizado efetivo e a relação desse profissional professor ter o conhecimento pedagógico, de mundo e de metodologia para fazer com que a educação

da escola do campo possa concretizar o seu maior objetivo que é fazer com que esse aluno desenvolva e continue a residir o seu habitat natural.

A escola rural predomina em termo quantitativo superior as escolas do campo, devido ao desinteresse dos gestores dos municípios que tem como prerrogativa em lei, gerenciar a educação básica, desde zona urbana e da zona rural. Sabe que a educação do campo exige mais estrutura, mais empregos na formação dos profissionais da educação, gastos com os profissionais que vão conduzir o aprendizado técnico em relação à prática de manuseio do plantio das culturas, da prática para poder usar equipamentos agrícolas para o trato da terra, etc.

A concepção em que a educação rural ser de uma conjuntura diferenciada para com a aprendizagem e o que devem aprender o homem que vivem em um ambiente rural que deveria ser de forma superficial e com menos ênfase no que deveria aprender, já com o ensino do campo, esse dogma vai cair por terra, porque a concepção do ensino da escola do campo seja muito mais complexa para o sujeito do campo, pois terá uma gama de informação tanto sistemático (o que aprender no ensino regular) para o ensino prático com técnicas de forma como deve ser tratada a terra (ensino de como usar a ciência do plantio e das suas normas e técnicas) para o assistemático com a relação do emprego do que é ensinado no ambiente escolar para o conhecimento do mundo, da labuta com a terra e com a preservação dos seus costumes e das suas culturas. (TARDIF, 1991) o professor não deve ficar fechado em um saber em um plano específico de saberes, neste contexto ficar só na estratégia de profissionalização do corpo docente, precisa de uma verdadeira colaboração entre professores da educação básica, corpo universitários de formadores e responsáveis pelo sistema educacional. Neste contexto os saberes pela experiência passarão ser reconhecido com os saberes curriculares. Portanto, o que deve ser empregado na formação continuada é a pratica da metodologia em que o professor precisar relacionar o aprendizado adquirido pelos discentes (experiências de vida no seu habitat e na arte laboral da terra) e o que o docente tem de conhecimento teórico que aprendeu no conhecer acadêmico, na teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferença entre a escola rural para a escola do campo perpassa desde as quatro paredes, onde o professor professa seus conhecimentos didáticos, metodológicos, de

conhecimento de mundo e das ciências naturais, humanas e das ciências exatas. Assim, pode ter uma compreensão que a lei que diferencia a modalidade de escola do campo para escola rural, seria em que esses nomes fossem só geográficos de localização. Mas na prática, o que pode perceber é que o nome também diferencia o emprego de recursos educacionais, a forma como são empregadas às metodologias, as didáticas, os seus objetivos e principalmente o interesse de gestor não proporcionar maior desenvolvimento no espaço geográfico longe do perímetro urbano da cidade. Fugindo de toda normativa que são colocadas em Leis que garantam a diferença de escola rural para a escola do campo. Sem contar que a mesma metodologia, curriculum escolar das escolas urbanas e principalmente com a formação dos seus professores em que não tem uma formação adequada para lecionar na escola do campo ou rural. Não se sabe quais são os interesses dos gestores ou de quem deveriam estar na frente para a mudança da educação do campo ou rural não seja a mesma que é empregada na zona urbana. Portanto, um país agrícola, um país que não vivem da indústria, precisam ter uma política educacional voltada para que a educação do campo seja repleta de escolas do campo e com toda a conjuntura que estão previstas nos anais das leis educacionais desse país.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CEB 36/2001 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 12/3/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13/3/2002, Seção 1, p. 11

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Trab. Edu. Saúde, Rio de Janeiro, v7 n. 1, p. 35 -64, marc./jun.. 2009. file:///C:/Users/Ant%C3%B4nio%20Carlos/Downloads/EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO_ROSELI%20CALDART%20(1).pdf. 30/01/2023

FREIRE, P. Política e educação: ensaios. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNÓN, F. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, L. C. T. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. SIPD/CÁTEDRA UNESCO. 2017. Parana. Anais, 2017. 18-325. Link: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf - 27/01/2023

MENESES, S. S. DE C. Educação do Campo e Formação Inicial de Pedagogos(as): Desafio e Possibilidades. Encontros de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. 28 a 31 de outubro, Natal/RN.
file:///C:/Users/Ant%C3%B4nio%20Carlos/Downloads/_arquivos_4e0cb6fb5fb446d1c92eed8780188_966_EDUCACAO_DO_CAMPO_E_FORMACAO_INICIAL_DE_PEDAGOGOS_AS_DE_SAFIOS_E_POSSIBILIDADES-1.pdf. 30/01/2023.

SANTOS, K. M. .L. Educação rural no Brasil: Um olhar a partir do contexto histórico. IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE 64. Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424131440_ARQUIVO_KatiaMariaLimeiraSantos.pdf - 27/01/2023

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber - esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 4, 1991. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118869/mod_resource/content/1/TARDIF%20C%20Maurice%20et%20al.%20Os%20professores%20face%20ao%20saber%20-%20esbo%C3%A7o%20de%20uma%20problem%C3%A1tica%20do%20saber%20docente.pdf. 30/01/2023